

Cidades.

A16S76

Motorista quer mais guardas

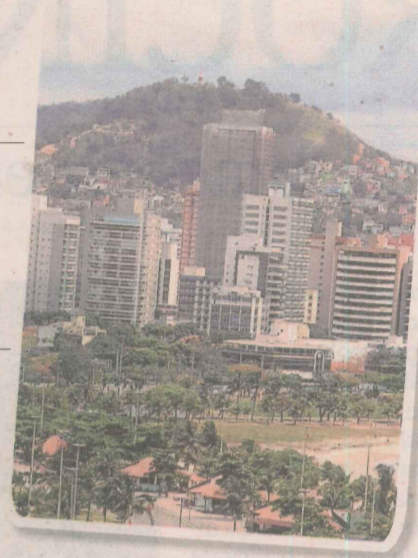
Condutores afirmam que há muitas obras, mas faltam sinalização e guardas em Vitória. Confira o número de agentes nos pontos de intervenção. **Pág. 9**

EDITORA:
CINTIA ALVES
calves@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

“É horrível você ter uma casa e não ser dono dela. A taxa tem que acabar”

ROBSON WILLIAN PRESIDENTE DO CONSELHO POPULAR DE VITÓRIA (CPV) E DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA ILHA DA PRÍNCIPE

ÁREA DE MARINHA NOVA AÇÃO CONTRA TAXAS



Associações de bairros de Vitória se unem para mudar regras

MAURÍLIO MENDONÇA
mgomes@redgazeta.com.br

Cinco associações de moradores de Vitória decidiram enfrentar a União para barrar, na Justiça, a cobrança das taxas de terrenos de marinha. Donos de imóveis em bairros como Praia do Canto e Enseada do Suá podem ser beneficiados com a Ação Civil Coletiva aberta, ontem, pelo Conselho Popular de Vitória (CPV). E a intenção é agregar mais localidades.

O grupo defende que a forma como os terrenos – considerados da União – foram demarcados, na Capital, está errada. “Eles definiram o que era ou não da União a olho nú”, critica o presidente do CPV e da Associação da Ilha do Príncipe, Robson Willian.

A ação aberta na Justiça Federal quer remarcar as áreas de Vitória que seriam da União. E querem uma liminar para que a nova marcação aconteça logo. “Há métodos mais científicos para identificar as áreas, mas a SPU (Superintendência do Patrimônio da União) se recusa em fazer”, comenta Willian.

COLETIVIDADE

A ação é assinada pelo Conselho Popular, e tem como sub-autoras as associações Praia do Canto, Enseada do Suá, Praia do Suá e Praia de Santa Helena. Ao todo, 16 entidades foram convidadas, e há outras quatro prontas para ingressarem no grupo.

“Mesmo com o processo em andamento, é possível agregar novos bairros e

MOBILIZAÇÃO

16

associações de bairros foram chamadas para participar da Ação Civil Coletiva contra a União.

mais moradores à causa. Nossa intenção é de ainda estender a ação para outros municípios do Estado, por meio da Famopes (Federação das Associações de Movimentos Populares do Espírito Santo)”, explica Robson Willian.

NACIONAL

O objetivo é que todas as cidades brasileiras que têm terrenos de marinha entrem com ações na Jus-

tiça, engrossando o coro a favor do fim dessas taxas.

“Vamos nos organizar para trabalhar com essas ações e ainda atuar no Congresso para eliminar a cobrança”, frisa Lelo Coimbra (PMDB), deputado federal e presidente da Frente Parlamentar Contra Taxa de Marinha.

SEM CRÍTICA

Outra crítica apresentada nessa ação refere-se à notificação coletiva que informa, ao morador, que o terreno é da União – o ideal é fazer isso individualmente. Além disso, a notificação não dá direito a questionamentos.



ACÇÃO COLETIVA.

Contato: Via Conselho Popular de Vitória (CPV)

Telefone: 3222-8680

União garante que cobrança segue a lei

“A demarcação está errada? Então prove. Não adianta entrar com ação na Justiça e não mostrar onde está o erro”, critica o superintendente regional da União, Magno Pires, em defesa à manutenção da cobrança das taxas de terrenos de marinha.

Responsável pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) no Espírito Santo, Magno Pires acha impossível que algum juiz federal dê causa favorável às associações de moradores de Vitória.

“Não tem fundamento defender o fim dessas cobranças. As taxas estão de

acordo com a legislação federal vigente. Toda a marcação das áreas da União, feitas nas últimas décadas, respeitam as diretrizes traçadas na lei. As áreas estão registradas em cartório; é direito adquirido da União”, frisa Pires.

O superintendente diz que ainda serão feitas novas demarcações da terrenos da União, mas somente de áreas novas. “O que está feito, está feito. Não tem como voltar atrás e marcar de novo”, reforça Pires. E afirma que todos os terrenos pertencentes à União, no Estado, estão de acordo com a legislação.

GREVE DE PROFESSORES

Alunos do Ifes estão sem aulas em Vitória

A greve dos professores e servidores administrativos do Instituto Federal do Estado (Ifes), que teve início ontem, paralisou pelo menos parte das atividades nas unidades de Aracruz, Cariacica, Colatina, Linhares, Nova Venécia, Serra, Vila Ve-

ilha e Vitória. Na Capital as aulas não estão sendo realizadas em todos os turnos, mas os setores administrativos continuam funcionando. As informações são da instituição. A categoria quer reajuste de 14,67%, entre outras reivindicações.

Protesto

100 estudantes

Da Escola Estadual Nelson Vieira Pimentel, em Viana, fizeram um protesto após a demissão de uma professora. O trânsito na avenida principal parou. Ela foi afastada por decisão do Conselho da Escola.

ORLA DE CAMBURI

Construção de viaduto autorizada

O trecho final da Avenida Dante Michelini ficará de cara nova até o final de 2012. Ontem, a Prefeitura de Vitória autorizou o início das obras de construção de um viaduto, que será realizado em parceria com a Vale. Ele terá 120 metros em direção ao parque industrial da

empresa. A orla vai ganhar ainda quatro quadras de futevôlei, ciclovia, calçadão ampliado e nova iluminação. Durante os 15 meses de obra, o acesso aos últimos quarteirões de Jardim Camburi será feito pela Rua José Celso Cláudio. As outras ruas, a partir desse cruzamento, serão parcialmente interditadas à medida que a obra evoluir.

CAMPINHO DA SERRA I

Atividades gratuitas na praça

Os moradores do bairro Campinho da Serra I terão um dia de lazer amanhã, das 8h às 14h, com o projeto “Domingo na Praça”. As tendas serão montadas na praça da Avenida Vitória Régia. Serão oferecidas oficina cultural, atividades esportivas e de recreação.